

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

APROVADA POR  
UNANIMIDADE

SESSÃO ORDINÁRIA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022

ATA Nº 07

Sessão da Mesa 24/02/2023

Vg

1  
2  
3  
4 Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Alcácer do  
5 Sal, no Auditório Municipal, reuniu a Assembleia Municipal.

6  
7 O Primeiro-Secretário da Mesa, Mário Alexandre informou que está em regime de substituição do  
8 Presidente da Assembleia, a Segunda-Secretária, Liliana Jacinto está em regime de substituição do  
9 Primeiro-Secretário e o Deputado Ricardo Campos está em regime de substituição da Segunda-  
10 Secretária.

11  
12 O Primeiro-Secretário, Mário Alexandre informou que a Mesa da Assembleia Municipal recebeu  
13 carta de renúncia ao mandato da Deputada Ana Isabel Bernardo Semião e, assim, iria dar a posse  
14 à cidadã Ana Helena Carvalho da Silva.

15 O Primeiro-Secretário, Mário Alexandre leu a carta de renúncia e deu posse à nova Deputada.

16 A Segunda-Secretária, Liliana Jacinto fez a leitura da Ata da Tomada de Posse da Deputada Ana  
17 Helena Carvalho da Silva.

18  
19 Foi efetuada a chamada pelo Deputado Ricardo Campos, tendo-se verificado que, compareceram  
20 nesta sessão, os seguintes Deputados: Mário Filipe Rebelo Alexandre, Primeiro-Secretário em  
21 regime de substituição do Presidente da Assembleia Municipal, Eduardo António Martins Costa,  
22 Manuel Fernando da Silva Rocha, Laura Maria Chané Santos, Inês Sofia Costa Freitas, João  
23 Miguel Martins Gomes de Almeida, José Miguel Raimundo Pereira Guerreiro (em regime de  
24 substituição), Mafalda Sofia da Conceição Panoias, Filipe Acácio Loureiro Antunes, António João  
25 Bragança Birra (em regime de substituição), José Agostinho Rodrigues Santana (em regime de  
26 substituição), Duarte Manuel Roberto Dimas, Jacinto José Guerreiro Vinagre, Isabel Maria Tavares  
27 Alferes Candeias, Hortênsio José Vicente de Sousa, Sofia Isabel Rebelo Carvalho, Miguel Luís  
28 Mendes Saraiva Lima, Liliana Patrícia Santos Jacinto, Segunda-Secretária em regime de  
29 substituição do Primeiro-Secretário da Mesa, Ana Paula Vinagre Júlio, Ricardo Jorge Carqueijeiro  
30 Magalhães Campos, Deputado em regime de substituição da Segunda-Secretária, Ana Helena  
31 Carvalho da Silva, Tânia dos Anjos Gambóias Coelho (em regime de substituição do Presidente da  
32 União das Freguesias de Alcácer do Sal), Hélder Manuel Telo Montinho, Presidente da Junta de  
33 Freguesia do Torrão, Luís Manuel Guisado Mateus (em regime de substituição da Presidente da

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

34 Junta de Freguesia de Comporta) e Manuel António Atraca Farrombão, Presidente da Junta de  
35 Freguesia de São Martinho.

36

37 Compareceram também, Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal,  
38 e os Vereadores Ana Luísa Alferes Pinto Soares, Manuel Vítor Nunes de Jesus, Vice-Presidente,  
39 Vera Lúcia da Silva Letras, Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos, Gabriel Afonso Leal Geraldo  
40 e Mara Eloisa Pimentas Marques.

41

42 Verificou-se a ausência do Presidente, Vítor Manuel Palmela Fidalgo e dos seguintes Deputados,  
43 Ana Maria Tomás Cananão Guerreiro, Luzia Maria Carvalho Maurício, Arlindo José Paulino de  
44 Passos e Maria José Coelho Martins, tendo os mesmos apresentado justificações, que ficam  
45 arquivadas em pasta anexa à ata.

46

47 Pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, o Primeiro-Secretário, Mário Alexandre deu início aos  
48 trabalhos, tendo de acordo com o artigo 19.º do Regimento, iniciado os mesmos, com o período  
49 antes da ordem do dia:

50

51 Pelo Deputado Ricardo Campos, foi efetuada a leitura do expediente, que aqui se dá como  
52 reproduzido e transcrito, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à ata, dela fazendo parte  
53 integrante.

54

55 De seguida procedeu-se à análise e votação das atas:

56 - **Sessão ordinária realizada em 23 de setembro de 2022.**

57 Intervenções:

58 O Deputado Eduardo Costa disse que a ata deve ser um resumo, mas deve ter pormenores e  
59 sugeriu alterações nas linhas 59 e 398.

60 O Deputado Eduardo Costa entregou uma proposta de alteração à redação das duas atas.

61 O Deputado João Almeida sugeriu alterações na linha 423.

62 O Primeiro-Secretário referiu que a ata será retirada, para ser alterada e submetida a votação na  
63 próxima sessão.

64

65 - **Sessão extraordinária realizada em 17 de novembro de 2022.**

66 Intervenções:

67 O Deputado Eduardo Costa sugeriu alterações na linha 53.

68 O Deputado João Almeida sugeriu alterações na linha 67.

69 O Primeiro-Secretário colocou a ata a votação com as alterações solicitadas.

70 **Deliberação: Aprovada por unanimidade, com as alterações solicitadas.**

71

72 O Primeiro-Secretário informou que foi entregue à Mesa, o **Voto de Saudação “Évora – Capital**  
73 **Europeia da Cultura 2027”**, apresentado pela Bancada da CDU.

74

75 **O Voto de Saudação “Évora – Capital Europeia da Cultura 2027”**, apresentado pela Bancada da  
76 CDU, foi lido pelo Deputado Jacinto Vinagre, que aqui se dá como reproduzido e transcrito, ficando  
77 anexo à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

78 O Primeiro-Secretário colocou o Voto de Saudação a votação.

79 **O Voto de Saudação, foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 7 abstenções e 4**  
80 **votos a favor do PS e 1 voto a favor da Coligação “Todos Juntos Para Que Alcácer Ganhe”.**

81

82 O Deputado Eduardo Costa, apresentou uma **Declaração Política** do Grupo Municipal do Partido  
83 Socialista, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexo à presente ata, da mesma  
84 fazendo parte integrante.

85

86 **Interpelação ao Executivo:**

87 O Deputado Filipe Antunes felicitou o Presidente da Câmara, por finalmente ter sido recebido pelo  
88 Ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, numa reunião pedida há mais de oito meses.  
89 Questionou o que foi discutido e decidido nessa reunião sobre a ferrovia e as rodovias,  
90 nomeadamente sobre o troço entre Alcácer do Sal e Palma e a estrada da Comporta. Questionou  
91 também se o Ministro teve em conta as propostas do PS enunciadas na campanha autárquica.

92

93 O Deputado Manuel Rocha disse que, o Ministro Pedro Nuno Santos esteve recentemente na  
94 região de Sines elencando um conjunto de investimentos para a região. O Deputado referiu  
95 também que ocorreu uma visita de Deputados do Parlamento Europeu à região de Sines e ao  
96 Hospital do Litoral Alentejano, por estarem preocupados com os problemas nas questões da saúde,  
97 com o fecho de algumas especialidades e com o caos nas urgências. Questionou se o executivo  
98 tem informações que venham melhorar as condições de saúde na região.

99

100 O Deputado Eduardo Costa propôs que fosse distribuída uma pen a cada Deputado, para permitir  
101 guardar a informação que lhe é facultada, tendo em conta que concordaram não receber a  
102 documentação em suporte papel.

103 Questionou se fazia sentido o Município de Alcácer do Sal gastar 435 mil e 600 euros na  
104 construção de um canil, quando a CIMAL vai investir 1 milhão e 62 mil euros num centro de recolha  
105 de animais

106  
107 O Deputado João Almeida referiu que tiveram conhecimento, na sessão de setembro, que um  
108 mecenas tinha suportado um concerto ou concertos da Semana da Juventude e da PIMEL.  
109 Questionou quais os espetáculos que foram suportados e quem foi esse mecenas.

110  
111 O Deputado José Santana referiu que, no dia 18 de novembro, no dia 25 de novembro e no dia 12  
112 de dezembro os trabalhadores das autarquias do concelho de Alcácer do Sal estiveram em luta  
113 contra o orçamento de estado, que acentua injustiças e perpetua as desigualdades. Acrescentou  
114 que, as opções políticas do PS, afetam diretamente o concelho, dando como exemplo a  
115 transferência de competências, onde o Governo passa para as autarquias as suas  
116 responsabilidades, transferindo os encargos, mas não as verbas necessárias, nem os meios  
117 técnicos e humanos. Questionou qual o ponto de situação da transferência de competências.

118  
119 A Deputada Inês Freitas agradeceu ao executivo permanente o esforço, empenho e investimento  
120 que tem realizado particularmente na área cultural e enalteceu a programação variada e extensa.  
121 Destacou o sucesso da iniciativa “Nem o Pai Natal Escapa ao Comércio Local”, que visou a  
122 dinamização e valorização do comércio tradicional, que contou com a participação de 132  
123 estabelecimentos comerciais de todo o concelho e que foi divulgado nos canais de comunicação do  
124 Município. A Deputada destacou também, os passeios de galeão, o carrocel infantil, a programação  
125 cultural gratuita, animação de rua, iniciativas de dinamização do comércio local e as iluminações de  
126 Natal. Agradeceu ao Presidente por continuar a apostar forte no concelho, possibilitando a toda a  
127 população o livre acesso à cultura.

128  
129 A Deputada Ana Helena informou que, no passado sábado, uma amiga sua com a entrada de água  
130 na sua casa, ligou à GNR a pedir auxílio e, a agente disse-lhe que não a podiam ajudar naquele  
131 momento porque não tinham efetivos em Alcácer do Sal. Questionou se esta é a segurança que há  
132 na cidade e como podem julgar que estão seguros e protegidos.

133

134 A Deputada Mafalda Panóias questionou se o problema do ar condicionado da Oficina da Criança,  
135 que tinha colocado na penúltima sessão, já está resolvido.

136 Destacou a importância das cooperações de bombeiros para as populações. Referiu que, os sócios  
137 têm conhecimento de que a Câmara Municipal, para 2023, não tem disponibilidade para aumentar  
138 o protocolo financeiro com os Bombeiros Mistos de Alcácer do Sal. Questionou se o executivo  
139 mantém a posição de não aumentar o apoio financeiro aos bombeiros.

140

141 A Deputada Laura Santos questionou se o Projeto CLDS 4G, para além de estar interligado e ser  
142 parceiro com a Autarquia, também tem uma parceria com a Universidade Sénior. Acrescentou que,  
143 pelas fotografias e pelas publicações das atividades do CLDS lhe parece não haver uma distinção  
144 entre o Projeto CLDS 4G e a Universidade Sénior. Questionou também, se apenas existem  
145 publicações do projeto nas redes sociais da página da Câmara Municipal ou se tem alguma  
146 promoção própria de divulgação das suas atividades.

147 Referiu que algumas zonas não foram contempladas com enfeites de Natal.

148 Questionou se a publicação na página da Câmara de comerciantes e de diversos restaurantes se  
149 destina a todos os comerciantes do concelho ou se é apenas dirigida a alguns.

150

151 O Deputado Hortênsio Sousa deu os parabéns ao executivo pelos 96% de taxa de execução do  
152 Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), o que vem provar que os projetos são  
153 finalizados.

154 Em relação ao desassoreamento do Rio Sado, o Deputado questionou se houve resposta às cartas  
155 enviadas à Agência Portuguesa do Ambiente e ao Ministério do Ambiente.

156

157 O Deputado Hélder Montinho questionou para quando está prevista uma intervenção nas ruas do  
158 Torrão, porque algumas estão degradadas e com muitos buracos.

159 Questionou também, para quando a pavimentação das ruas de Rio de Moinhos.

160 Em relação à EM543, de São Romão ao Batão, o Deputado perguntou para quando está prevista  
161 uma intervenção nessa estrada.

162 Referiu que, ainda não obtiveram resposta a uma proposta de topónimos para a localidade do  
163 Batão que enviaram para a Câmara Municipal.

164 Questionou se está previsto a criação de uma zona de lazer no Bairro Miguel Torga no Torrão, que  
165 tem sido abordada por muitos fregueses.

166

167 O Deputado José Guerreiro deixou um agradecimento aos Bombeiros Voluntários de Alcácer do  
168 Sal, à GNR e à Proteção Civil da Autarquia pelo empenho demonstrado, nomeadamente dos dias  
169 13 e 14 deste mês, que num esforço concertado resolveram várias situações provocadas pelo mau  
170 tempo.

171 Deu também os parabéns à Autarquia pela limpeza da Ribeira de Santa Catarina que se relevou  
172 bastante importante na prevenção de cheias e questionou se esses tipos de ações não poderão  
173 envolver de futuro as populações.

174  
175 O Deputado Duarte Dimas questionou o porquê de o mercado mensal continuar a funcionar no  
176 espaço contíguo ao Parque Urbano e não ser enquadrado no mesmo, que tem todas as condições  
177 para feirantes e visitantes.

178  
179 O Deputado Jacinto Vinagre começou a falar sobre a declaração política do PS, mas foi  
180 interrompido por alguns Deputados do PS.

181 O Deputado Jacinto Vinagre referiu que os problemas na saúde são devido a opções políticas e  
182 não a pessoas e, como não são resolvidas pelo Governo, são as comissões de utentes a  
183 pressionar e a levar as pessoas a lutar, para que a população tenha tudo o que tem direito.

184  
185 O Deputado Manuel Rocha referiu que se deveria ter deixado o Deputado Jacinto Vinagre  
186 expressar o seu pensamento e interromper no fim.

187  
188 O Deputado Eduardo Costa disse que uma interpelação à Mesa é feita em qualquer momento que  
189 esteja a decorrer a Assembleia Municipal e não depois dos Deputados terem usado a palavra.

190  
191 O Deputado Manuel Rocha referiu que a interpelação deve ser feita pelo Deputado Eduardo Costa.

192  
193 O Primeiro-Secretário, deu a palavra ao Presidente da Câmara e aos Vereadores do executivo  
194 permanente para responderem às questões colocadas.

195  
196 O Presidente da Câmara sobre a questão do Deputado Filipe Antunes relativamente à reunião com  
197 o Ministro Pedro Nuno Santos, informou que o Ministro manifestou desconhecer o estado do troço  
198 do IC1, entre Palma e Alcácer do Sal, pensava que essa reparação já estava feita e ficou o  
199 compromisso de executar essa intervenção. Em relação à EN 253 o Ministro disse que não havia  
200 condições financeiras para construir bermas na estrada. Solicitaram ao Ministro que, pelo menos,

201 começassem por construir algumas bermas. Sobre a questão da ferrovia, o Presidente disse que  
202 voltaram a insistir com o comboio de passageiros aproveitando a linha do Sul, mas saíram da  
203 reunião sem garantias e sem compromissos assumidos.

204 Relativamente à questão colocada pelo Deputado Manuel Rocha sobre a saúde, o Presidente disse  
205 que se está a agravar a falta de médicos, de enfermeiros e de profissionais de saúde nas  
206 especialidades no Hospital do Litoral Alentejano e nos cuidados primários de saúde. Acrescentou  
207 que, o Centro de Saúde Alcácer do Sal tem de continuar a funcionar 24 horas por dia.

208 Sobre a questão do canil colocada pelo Deputado Eduardo Costa, o Presidente informou que o  
209 Município de Alcácer do Sal, assim como o de Odemira e de Grândola saíram do projeto do canil  
210 intermunicipal e, devido à distância e aos técnicos que tinham de adicionar ao canil intermunicipal,  
211 decidiram fazer um canil em Alcácer do Sal.

212 O Presidente, em relação à questão colocada pelo Deputado João Almeida sobre os mecenas,  
213 referiu que um conjunto de entidades apoiou a Semana da Juventude, nomeadamente a Vanguard,  
214 a AMCOR, a Herdade da Comporta, o Restaurante “O Momento”, o Restaurante “Boa Viagem”, os  
215 Pinhões Danado e a MB Óptica.

216 Relativamente à questão do Deputado José Santana sobre a transferência de competências, o  
217 Presidente informou que cerca de 90 trabalhadores passaram a ser funcionários municipais.  
218 Acrescentou que, tem um processo de contabilidade de custos e que numa reunião recente que  
219 tiveram com a DGEstE (Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares) e com a representante do  
220 Ministério da Educação, colocaram várias questões e não obtiveram respostas. Em relação à  
221 transferência de competências na ação social, o Presidente disse que está previsto entrar em vigor  
222 a 3 de abril, mas ainda não há condições para efetuar a transferência de competências nessa área.

223 O Presidente informou que, na área da educação o Município está a exercer as suas competências  
224 e na Escola Secundária triplicaram o número de refeições.

225 Sobre a questão colocada pela Deputada Laura Santos relativamente ao CLDS, o Presidente  
226 referiu que o projeto está a ser um sucesso do ponto de vista da intervenção com a juventude e  
227 com os idosos e converge com a Universidade Sénior.

228 Relativamente à pergunta sobre o ar condicionado da Oficina da Criança colocada pela Deputada  
229 Mafalda Panoias, o Presidente informou que o ar condicionado não está avariado e que o problema  
230 tem a ver com uma questão térmica do edifício.

231 Quanto à questão sobre os bombeiros de Alcácer do Sal, colocada pela Deputada Mafalda  
232 Panóias, o Presidente propôs que a Deputada intercedesse junto do Governo, para que a ANPC  
233 (Autoridade Nacional de Proteção Civil) pague os 36 mil euros para a EIP (Equipa de Intervenção

234 Permanente), que o Município fez um acordo e aprovou a EIP e reforçou a verba com 36 mil euros  
235 para os Bombeiros de Alcácer do Sal e ANPC não apoiou a associação.

236 Sobre a questão do Deputado Hortênsio Sousa relativa ao PEDU, o Presidente referiu que os 96%  
237 da taxa de execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano é o melhor resultado até  
238 agora no Litoral Alentejano, sem fundos comunitários.

239

240 O Vereador Manuel Vítor relativamente à questão colocada pelo Deputado Hélder Montinho sobre  
241 os topónimos, disse que estão à espera de reunir tudo sobre as Ruas do Batão e também sobre as  
242 Ruas do Torrão, para fazer outra reunião e resolver essa questão.

243 Sobre a questão da falta de segurança colocada pela Deputada Ana Helena, o Vereador Manuel  
244 Vítor referiu que, devido ao mau tempo, foram uns dias e umas noites complicadas. Acrescentou  
245 que, acompanhou os trabalhos durante a noite e que a GNR, os Bombeiros e os trabalhadores da  
246 Câmara fizeram um trabalho extraordinário. O Vereador disse que, se voltar a acontecer uma  
247 situação em que a GNR não consiga dar resposta, os munícipes deverão ligar para a Câmara  
248 Municipal ou para os Bombeiros, para que em conjunto consigam dar uma resposta.

249

250 A Vereadora Vera Letras em relação à questão colocada pela Deputada Mafalda Panóias, sobre a  
251 Oficina da Criança, informou que a questão se prendia com o calor excessivo no Verão devido à  
252 claraboia do pátio, mas agora no Inverno, não se coloca esse problema e não há queixas.

253 Relativamente à questão do Deputado José Santana sobre a transferência de competências, a  
254 Vereadora Vera Letras referiu que continuam com portarias que não são publicadas,  
255 nomeadamente sobre as atividades de enriquecimento curricular, a ação social escolar, os  
256 transportes escolares e, mesmo assim estão a apoiar essas atividades e há desconhecimento das  
257 verbas que estão a ser transferidas para o Município.

258

259 A Vereadora Ana Soares relativamente à questão colocada pelo Deputado Duarte Dimas sobre o  
260 mercado mensal, referiu que os vendedores pediram para continuar naquele espaço porque dizem  
261 que a forma como estão colocadas as bancas obriga as pessoas a passar por todos os locais e têm  
262 receio de, face à dimensão do parque urbano, possa haver alguma inércia por parte das pessoas.  
263 Acrescentou que, consideram que não havendo qualquer inconveniente devem ir ao encontro  
264 daquilo que as pessoas querem.

265 Relativamente à questão sobre a ribeira de Santa Catarina colocada pelo Deputado José Guerreiro,  
266 a Vereadora Ana Soares referiu que a simbiose da obra executada e a limpeza da ribeira permitiu  
267 que o escoamento da água se fizesse de uma forma mais eficaz.



268 A Vereadora Ana Soares em relação à questão colocada pelo Deputado Hortênsio Sousa sobre o  
269 desassoreamento do Rio Sado, informou que ainda estão à espera de resposta da APA (Agência  
270 Portuguesa do Ambiente) e do Ministério do Ambiente.

271

272 O Primeiro-Secretário, perguntou aos Deputados, se tinham mais questões a colocar ao executivo.

273

274 O Deputado João Almeida saudou o que foi dito pelo Presidente em relação à transferência de  
275 competências, porque fazer localmente permite, muitas vezes, fazer melhor e dar mais aos alunos  
276 das escolas e, foi por esse motivo que se fez a transferência de competências.

277 O Deputado João Almeida disse que o Presidente na sessão de setembro, respondeu ao Deputado  
278 Miguel Saraiva Lima que um mecenas pagou um espetáculo.

279

280 O Presidente informou que a resposta que deu foi sobre um espetáculo da PIMEL e agora falou  
281 sobre a Semana da Juventude.

282

283 O Deputado Manuel Rocha referiu que verbas da transferência de competências são insuficientes,  
284 o Município está a ir muito além das suas atribuições e não está a ser valorizada essa postura do  
285 Município na procura da melhoria das condições da comunidade escolar.

286

287 A Deputada Mafalda Panóias questionou se a EIP que o Presidente disse que foi criada está a  
288 funcionar.

289

290 O Presidente da Câmara referiu que, estiveram e continuam contra o processo de transferência de  
291 competências porque é uma transferência de encargos para os Municípios, que ficam em défice.  
292 Acrescentou que, apesar de haver um acordo entre a ANMP e o Governo, o Governo já disse não  
293 ter condições para o cumprir na íntegra.

294 O Presidente referiu que o Deputado João Almeida falou nas refeições escolares como sendo um  
295 exemplo do motivo de defenderem a transferência de competências. O Presidente disse, que o  
296 Município de Alcácer do Sal mostrou mais uma vez ser superior à incapacidade do Governo de  
297 efetuar as políticas sociais. Acrescentou que, o Deputado deu um elogio à Câmara Municipal sobre  
298 a questão das refeições escolares. Relativamente à questão sobre a GNR, o Presidente disse que  
299 a Deputada Ana Helena deveria colocar essa questão ao Ministro da Administração Interna, porque  
300 as forças de segurança não têm meios e a responsabilidade é de quem não investe nos serviços  
301 públicos.

302 Sobre a questão colocada pela Deputada Mafalda Panóias sobre os bombeiros, o Presidente disse  
303 que essa questão deveria ser colocada aos Bombeiros e não à Câmara Municipal.

304

305 O Deputado João Almeida referiu que discordam na forma e não no conteúdo. Acrescentou que,  
306 procurar soluções para melhorar as condições que os alunos têm nas escolas é um dos objetivos  
307 da transferência de competências e a Câmara Municipal está de parabéns por estar a fazê-lo muito  
308 bem.

309

310 **Intervenções do Público:**

311 No período de intervenção do público inscreveu-se o Sr. João Reis Mendes.

312 O Sr. João Reis Mendes agradeceu por terem colocado hoje, um contentor de lixo na Rua dos  
313 Caçadores em Albergaria, que tinha solicitado no dia 23 de setembro. Disse que, poderão ajudar a  
314 contactar os proprietários para tratar de alguma coisa que seja necessária.

315 O Sr. João Reis Mendes disse que as obras executadas nos Foros de Albergaria foram bastante  
316 relevantes e permitiram aumentar a pressão nas condutas de água, mas agora voltaram a não ter  
317 pressão nas condutas de água.

318 O Sr. João Reis Mendes referiu que ficou surpreendido por na semana passada, os serviços de  
319 apoio social da Câmara terem contactado a Associação de Moradores de Foros de Albergaria para  
320 saber se na sede havia chuveiros para as pessoas tomarem banho e foi-lhes dito que não havia.  
321 Disse que, a Associação de Moradores fez a solicitação de obras nas casas de banho públicas há  
322 três anos e espera que sejam executadas no próximo ano. Acrescentou que, a União de  
323 Freguesias tem duas casas de apoio social, mas estão por acabar e que, também existe nos Foros  
324 de Albergaria um centro de dia que não faz jus ao seu nome.

325

326 A Vereadora Ana Soares referiu que, para construir a gare para o contentor do lixo, terão de pedir  
327 autorização aos proprietários e conta com a ajuda da Associação de Moradores para efetuar esses  
328 contactos.

329 A Vereadora disse ser notório que as obras de Foros de Albergaria transformaram o espaço urbano  
330 dentro da aldeia.

331 Em relação à reposição do caudal e da pressão na rede, a Vereadora disse que irá averiguar se  
332 existiu alguma situação anómala e também irá pedir à equipa da Unidade Hídrica para fazer  
333 ensaios na rede para perceber qual é a pressão da água.

334 No que respeita à questão das obras da casa de banho, a Vereadora Ana Soares disse que depois  
335 de fazer a consignação da obra da ETAR dos Foros de Albergaria vão avaliar essa questão.

336 A Vereadora Ana Soares referiu que nos Foros de Albergaria, com as obras e com a ETAR, fizeram  
337 um investimento de valor substancial, comparativamente a muitas outras aldeias e a população dos  
338 Foros de Albergaria que não pode colocar em causa as opções políticas da gestão da CDU, porque  
339 tem sido uma prioridade, que não foi no passado e continuará a ser no futuro.

340

341 Sobre a questão da existência de chuveiros na sede da Associação, a Vereadora Vera Letras disse  
342 que se trata de um caso social, implica sigilo e é mais um exemplo de uma situação em que a  
343 intervenção da ação social vai muito além do apoio financeiro. Acrescentou que, tentaram arranjar  
344 uma resposta rápida para aquela pessoa que, não tinha água, encontrando soluções próximas com  
345 a rede de parceiros e com as associações que pudessem naquele dia minimizar a questão.

346 A Vereadora Vera letras agradeceu a colaboração que as associações dão nesses trabalhos de  
347 ação social.

348

349 **01 – Designação de representante da Assembleia Municipal na CPCJ de Alcácer do Sal (Lei Nº**  
350 **147/99, de 1 de setembro);**

351 Intervenções:

352 O Deputado Eduardo Costa disse ter um nome para propor. Solicitou esclarecimentos porque a  
353 legislação faz referência a quatro pessoas para a comissão alargada e não percebe se é para  
354 eleger uma ou mais pessoas.

355 A Segunda-Secretária, referiu que a informação prestada à mesa da Assembleia foi que alguém  
356 tinha renunciado ao mandato na CPCJ e ao mandato da Assembleia. Referiu que há um equívoco,  
357 que vai ser esclarecido, pois existem informações contraditórias.

358 O Primeiro-Secretário referiu que, por necessidade de esclarecimentos adicionais o ponto irá  
359 transitar para a próxima sessão.

360

361 **Feita a introdução à informação referente ao Relatório de Atribuição de Benefícios Fiscais do**  
362 **Município de Alcácer do Sal – “Incentivos à atividade económica”, por parte do Presidente da**  
363 **Câmara, foi posta à discussão para análise e conhecimento a proposta nº 02 da referida**  
364 **convocatória.**

365 Intervenções:

366 A Deputada Laura Santos pediu esclarecimentos tendo em conta a inexistência de candidatos a  
367 estes incentivos à atividade económica, a Bancada do PS estranha que no preâmbulo apresentado  
368 relativamente às GOP's e no que se refere ao desenvolvimento do tecido económico do Concelho,  
369 exista um contrassenso no que é referido pelo Município e aos resultados.

370 O Presidente da Câmara informa que o que está aqui em causa não são as GOP's, mas sim uma  
371 informação a dar conhecimento à Assembleia Municipal de que não houve nenhum candidato.  
372 Acrescentou que, existe um Regulamento que estabelece as normas e o desejo é que haja  
373 candidatos no próximo ano.

374 **Foi tomado conhecimento da informação.**

375 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará  
376 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

377

378 **Feita a introdução à proposta referente às Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de**  
379 **Investimentos - PPI e Atividades Mais Relevantes - AMR) e Orçamento para o ano de 2023/2027,**  
380 **por parte do Presidente da Câmara, foi posta à discussão para análise e votação a proposta nº 03**  
381 **da referida convocatória.**

382 Intervenções:

383 O Deputado Eduardo Costa referiu que é uma continuidade e uma opção política, uma fidelização  
384 ao orçamento do ano passado, as mesmas opções, as mesmas rubricas privilegiadas, com a  
385 agravante das receitas serem insuficientes, concluindo que mais uma vez o investimento vai ficar  
386 adiado. O Deputado questionou sobre um dos pontos se é um erro ou uma necessidade,  
387 relativamente às despesas, onde se lê uma participação para a Assembleia Municipal de Setúbal e  
388 não se lendo nenhuma participação para a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal. O Deputado  
389 apresentou outra questão sobre a transferência das verbas, nomeadamente à transferência de  
390 competências, no que diz respeito ao pagamento aos funcionários, outras despesas e também  
391 algumas obrigações que já vinham anteriormente e que eram da responsabilidade das Autarquias,  
392 referiu ainda que provavelmente para se fazer um orçamento existe uma previsão, uma estimativa,  
393 aquilo que é incerto são as verbas que vêm do Estado, segundo as palavras do senhor Presidente.  
394 Questionou qual é a verba que o Município estima, outras despesas que não estão contempladas,  
395 asseguradas em termos de transferências do Ministério da Educação.

396 O Deputado Manuel Rocha referiu que a apresentação deste documento é o reforço e a  
397 continuidade dos objetivos traçados por este executivo, sendo uma opção política, que foi  
398 apresentada aos munícipes aquando das eleições, traduzindo-se numa maioria. O Deputado disse  
399 que em relação à transferência de competências, mesmo não sabendo ao certo os valores que vão  
400 ser transferidos, o Município consegue focar-se naquilo que é o investimento na qualidade e na  
401 promoção do Concelho.

402 O Presidente da Câmara referiu que o Município está a fazer o apuramento dos encargos com as  
403 escolas, referiu ainda que a Assembleia precisa saber que a Câmara Municipal de Alcácer está

404 acima do rácio dos funcionários das escolas, significa então que o Ministério da Educação tem um  
405 rácio entre o número de alunos e o de funcionários em cada estabelecimento de ensino, disse  
406 ainda que a Câmara colocou ao Ministério, antes da transferência desses encargos que abrisse  
407 concursos e foram abertos. O Presidente referiu no que respeita aos edifícios, os mesmos não são  
408 do Município porque o Ministério da Educação não consegue provar a titularidade dos imóveis. O  
409 Presidente informou que quando se trata de manutenções/conservações desses edifícios a Câmara  
410 tem sempre apoiado.

411 O Deputado Eduardo Costa, disse que há verbas que não se conhecem e há outras que não se  
412 sabem exatamente quais são, no entanto o Município não pode fazer um orçamento à deriva,  
413 nomeadamente a questão dos edifícios, que foi referido. Referiu ainda que, há outras rubricas que  
414 não havendo ainda respostas ou a certeza da parte do Ministério, sendo que o Município terá de as  
415 definir em termos de orçamento para o ano de 2023, questionou quais são essas verbas e qual é a  
416 estimativa que o Município tem para suportar, nomeadamente em termos de transferências de  
417 competências.

418 O Deputado João Almeida, referiu que fez uma leitura prévia das Grandes Opções do Plano que  
419 tem uma leitura clara e muito bem escrita e que alerta para o que vem para 2023, uma queda  
420 gigante, uma paragem quase total do consumo e a grande rubrica que o executivo irá executar será  
421 a beneficiação do tecido económico. Questionou o que irá ser feito para beneficiar o tecido  
422 económico.

423 A Deputada Inês Freitas referiu que se está perante um documento extremamente complexo e  
424 denso e é um instrumento político, que tem como objetivo principal o desenvolvimento de Alcácer  
425 do Sal e da sua população. Disse que, é um documento que está bem claro, tratando-se de um  
426 grande orçamento com um ano muito complicado em que as previsões assim apontam. Considerou  
427 que, quem vota contra este orçamento, vota contra o desenvolvimento da região e contra a  
428 implementação de projetos e ações.

429 A Deputada Laura Santos, na sequência do que foi dito pela Deputada Inês Freitas, considerou  
430 estranho uma pessoa que não é contabilista, analisar e fazer elogios a um orçamento que  
431 desconhece e que lhe parece que está a votar de cruz. Disse que, devem ter o cuidado, dever e  
432 obrigação de analisar os documentos. A Deputada afirmou que não é apanágio da Bancada do PS,  
433 votar de cruz ou elogiar aquilo que não tem conhecimento.

434 O Deputado Jacinto Vinagre, referiu que está satisfeito com este executivo e com a apresentação  
435 deste documento. Disse que, quem vota contra um orçamento destes, vota contra o  
436 desenvolvimento do concelho e mesmo não sendo contabilista, percebe que é um orçamento  
437 capaz de desenvolver ainda mais o concelho.

438 O Presidente da Câmara respondeu ao Deputado João Almeida, referindo que é evidente que é  
439 difícil falar sobre tanta coisa em tão curto espaço de tempo para falar nas várias áreas, para se  
440 falar tem de se contextualizar, sendo preciso mais tempo. O Presidente referiu que existe um  
441 centro de custos para a transferência de competências, com rubricas discriminadas e esta  
442 comissão para avaliação informou que a primeira reunião, correu mal pois a representante do  
443 Ministério não soube dar esclarecimentos.

444 O Deputado Eduardo Costa referiu que fez uma pergunta concreta sobre a Assembleia Municipal e  
445 não obteve resposta. Referiu ainda que nunca foi sua política contradizer aquilo que é dito pelos  
446 Deputados, mas convém recordar que em 2010 o orçamento da Câmara foi reprovado,  
447 consecutivamente, e só entrou em vigor em abril do ano seguinte e, que votar contra é uma  
448 expressão das suas preocupações. O Deputado disse que lhe parece que este orçamento tem  
449 verbas insuficientes para o que lhe parece que são as grandes opções e para o grande  
450 desenvolvimento do concelho que são as pessoas, se não existirem fisicamente pessoas, que é o  
451 caso do nosso concelho, que cada vez estão mais a diminuir, se não houver pessoas competentes  
452 e bem geridas, o concelho não desenvolve por muito bom que seja um orçamento e o valor global  
453 do mesmo. Referiu ainda que temos uma população idosa e em que este orçamento tem 0,5% e  
454 recordou também que em 2013 o Presidente na altura que era candidato referia criar uma Unidade  
455 de Cuidados Continuados em Alcácer, contendo também que o nosso Concelho não tem unidades  
456 industriais, tem o comércio que tem e este orçamento disponibiliza 0,1% não sendo de maneira  
457 nenhuma para apoiar empresas e o comércio local. O Deputado disse também que as famílias  
458 atormentadas com o Covid e com o aumento do custo de vida, o orçamento disponibiliza 0,03%,  
459 nomeadamente por via das IPSS, por último o concelho que tem os mais baixos níveis académicos  
460 até ao 2º ciclo, com reflexo às habilitações literárias dos trabalhadores do Município, este  
461 orçamento disponibiliza 0,1%. Informou também que esta Câmara no princípio da década de 80, foi  
462 pioneira na educação de adultos, havia cursos de educação básica de adultos, privilegiadamente  
463 para trabalhadores da Câmara Municipal de forma a obterem a escolaridade obrigatória, na altura a  
464 4ª classe, pela obra de um grande homem, Arlindo de Passos.

465 O Deputado Hortênsio de Sousa, referiu que se está perante um orçamento que aposta forte no  
466 desenvolvimento do concelho e na melhoria de qualidade de vida dos seus munícipes, tem uma  
467 vertente de investimento, de acesso à educação, saúde, responsabilidade social e também na luta  
468 pelos direitos de todos, bem como a beneficiação do tecido económico contribuindo assim para a  
469 evolução económica e alargando o setor empresarial e financeiro. O Deputado deu os parabéns  
470 pois é um orçamento para todos.

471 O Deputado João Almeida, referiu no que toca à parte empresarial ou administração do tecido  
472 económico, segundo o Pordata em 2009, existiam no concelho de Alcácer do Sal 1732 empresas,  
473 em 2020 existiam 1762, mais 30 empresas em 11 anos, sendo uma amostra de um dos problemas  
474 do concelho, pois há cada vez menos pessoas e há muito poucas empresas com capacidade de  
475 pagar bons salários. Disse também que a opção deste executivo foi iluminar a cidade, que vai ficar  
476 linda e será uma montra, segundo as palavras do Presidente, mas será uma montra de uma loja  
477 vazia. O Deputado referiu que, na ZIL de Alcácer existe um lote disponível e no Torrão e Comporta  
478 não existem lotes disponíveis e era importante para o concelho que o projeto de alargamento da  
479 ZIL avançasse.

480 O Deputado Manuel Rocha, referiu que existe um decréscimo da população não só em Alcácer do  
481 Sal, mas em todo o Litoral Alentejano. Questionou qual é o papel do Estado para o  
482 desenvolvimento deste território e quais os investimentos feitos pelo Governo.

483 O Deputado Duarte Dimas, referiu que na sessão da Assembleia de 23 de setembro, falou sobre os  
484 custos de energia e algumas medidas a adotar para a sua redução e, o Presidente disse que esses  
485 custos vão aumentar para quase 50% do ano anterior.

486 O Presidente da Câmara, respondeu que se o Governo fosse preocupado com este país, com os  
487 empresários e com a iluminação pública, arranjava maneiras de controlar o aumento de custo da  
488 energia. O Presidente referiu que aumentaram o número de luminárias, diminuindo os custos de  
489 energia.

490 **A Proposta em discussão foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU e 11 votos contra**  
491 **do PS.** (O Deputado da Coligação “Todos Juntos Para Que Alcácer Ganhe” não votou porque não se  
492 encontrava presente)

493 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
494 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

495 O Deputado Manuel Rocha leu uma Declaração de Voto da Bancada da CDU, que aqui se dá como  
496 reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

497 O Deputado Eduardo Costa leu uma Declaração de Voto da Bancada do PS, que aqui se dá como  
498 reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

499

500

501 **Feita a introdução à proposta referente à fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem**  
502 **(TMDP) – ano de 2023, foi posta à discussão para análise e votação a proposta nº 04 da referida**  
503 **convocatória.**

504 Não havendo intervenções, o Primeiro-Secretário colocou a proposta a votação.

505 **A proposta em discussão foi aprovada por unanimidade.**

506 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
507 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

508

509 **Feita a introdução à proposta referente à estrutura orgânica da Câmara Municipal de Alcácer do**  
510 **Sal, por parte do Presidente da Câmara, foi posta à discussão para análise e votação a proposta nº**  
511 **05 da referida convocatória.**

512 Não havendo intervenções, o Primeiro-Secretário colocou a proposta a votação.

513 **A Proposta em discussão foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 11 abstenções**  
514 **do PS e 1 voto a favor da Coligação “Todos Juntos Para Que Alcácer Ganhe”.**

515 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
516 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

517

518 **Feita a introdução à proposta referente à emissão de parecer para a proposta de desagregação de**  
519 **freguesia de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana, por parte do**  
520 **Presidente da Câmara, foi posta à discussão para análise e votação a proposta nº 06 da referida**  
521 **convocatória.**

522 Intervenções:

523 O Deputado Eduardo Costa referiu que num concelho com uma área geográfica superior a  
524 novecentos metros quadrados, foi uma aberração a agregação de Juntas de Freguesia, foi um  
525 poder e um apoio às populações que desapareceu, nomeadamente a da Junta de Freguesia de  
526 Santa Susana, que não era apenas a presença de alguém que se limitava a estar na junta, mas  
527 estava junto dos mais idosos e dos que mais necessitavam. O Deputado disse que estiveram  
528 sempre contra esta agregação e também sabem que a nível governamental têm dado algumas  
529 possibilidades de esta situação ser invertida, nomeadamente também com o pagamento aos  
530 Presidentes de Junta a tempo inteiro. O Deputado disse ser chegada a hora do executivo e  
531 Assembleia da Freguesia da UFAS, por unanimidade, dar o primeiro passo para a desagregação  
532 da Freguesia.

533 A Deputada Tânia Coelho, referiu ser importante o alargamento dos prazos para a entrega dos  
534 processos para a desagregação das Freguesias. A Deputada informou também que a União de  
535 Freguesias se encontra a cumprir todos os prazos indo ao encontro da vontade da população para  
536 a reposição das Freguesias e que, a Lei tem muitos obstáculos dificultando o processo.

537 **A proposta em discussão foi aprovada por unanimidade.**

538 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
539 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.



540 **Feita a introdução à proposta referente à renovação do contrato de delegação de competências**  
541 **com o Agrupamento de Escolas do Torrão, por parte do Presidente da Câmara, foi posta à**  
542 **discussão para análise e votação a proposta nº 07 da referida convocatória.**

543 Não havendo intervenções, o Primeiro-Secretário colocou a proposta a votação.

544 **A proposta em discussão foi aprovada por unanimidade.**

545 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
546 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

547

548 **Feita a introdução à proposta referente à renovação do contrato de delegação de competências**  
549 **com o Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal, por parte do Presidente da Câmara, foi posta à**  
550 **discussão para análise e votação a proposta nº 08 da referida convocatória.**

551 Não havendo intervenções, o Primeiro-Secretário colocou a proposta a votação.

552 **A proposta em discussão foi aprovada por unanimidade.**

553 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
554 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

555

556 **Feita a introdução à proposta referente ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Alcácer do**  
557 **Sal, para o ano de 2023, por parte do Presidente da Câmara, foi posta à discussão para análise e**  
558 **votação a proposta nº 09 da referida convocatória.**

559 Intervenções:

560 O Deputado Eduardo Costa, referiu que em grosso modo, em 2013 a Câmara tinha 300  
561 trabalhadores e em 2023 tem 700, fruto também de várias situações, de qualquer das formas a  
562 prestação de serviços aumenta, existindo aqui algo que não funciona, o Deputado disse que não  
563 está em causa a competência, eficácia e eficiência dos trabalhadores, mas sim a má coordenação  
564 e uma incorreta gestão de pessoal. Disse ser a favor do pleno emprego e da remuneração fixa e da  
565 estabilidade económica e emocional das famílias e dos trabalhadores e ser contra o esvaziamento  
566 do mundo empresarial local que se vê impedido de contratar. Refere também que a Câmara é a  
567 única unidade empresarial que cada vez mais tem funcionários e vai buscá-los ao mundo  
568 empresarial local, são as críticas que muitos empresários fazem.

569 A Deputada Laura Santos, refere que assiste ao que não corre bem é imputado ao Governo  
570 Central, neste caso do emprego, este executivo continua a apostar na precaridade laboral e que de  
571 acordo com o que disse o Presidente, tem de se fazer os contratos de avença para depois se entrar  
572 nos quadros do Município, existindo a precaridade laboral uma vez que regularizam mas dão azo a  
573 que se continue a existir, nomeadamente as avenças e os recibos verdes.

574 O Presidente da Câmara, respondeu à deputada Laura Santos dando um exemplo em que houve  
575 um concurso para assistentes operacionais, todas as pessoas que entraram, nenhuma delas  
576 estava em prestação de serviços, disse ainda que as pessoas que estavam do Ministério da  
577 Educação estavam algumas em situação precária e agora estão no quadro. O Presidente disse que  
578 a Câmara tem efetivamente contratos de avença e que vai continuar a ter, não se comparando ao  
579 que o Estado Central tem.

580 O Deputado Eduardo Costa referiu o que está aqui em causa é existirem tantos trabalhadores e  
581 não é má competência deles e ao mesmo tempo os serviços exteriores aumentam. Refere também  
582 que não se está contra os 700 trabalhadores e não é o que está em causa, mas sim a percentagem  
583 que não é inversamente proporcional.

584 O Presidente da Câmara, respondeu ao Deputado Eduardo Costa, o que interessa é quando se  
585 olha para o quadro síntese, existe 506 trabalhadores no quadro, depois existe uma folga se for  
586 necessário.

587 **A proposta em discussão foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 11 votos contra**  
588 **do PS e 1 abstenção da Coligação "Todos Juntos Para Que Alcácer Ganhe".**

589 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
590 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

591

592 **Feita a introdução à proposta para aprovação da versão final do projeto de alteração ao**  
593 **Regulamento nº 621/2018 – "Regulamento Municipal para atribuição de bolsas de estudo a**  
594 **estudantes do ensino superior", foi posta à discussão para análise e votação a proposta nº 10 da**  
595 **referida convocatória.**

596 **Intervenções:**

597 O Deputado Saraiva Lima referiu que este documento foi aprovado por unanimidade pela Câmara  
598 Municipal, desejando fazer alguns reparos, nomeadamente, se existe algum critério com a  
599 motivação dos estudantes e que dá para perceber através de entrevista, questiona também sobre o  
600 artigo 4º que refere as áreas comunitárias para a atribuição das bolsas e por fim qual o dinheiro  
601 envolvido para as bolsas que a Câmara atribui para o próximo ano letivo.

602 O Deputado Eduardo Costa, questionou sobre a implementação do Regulamento e da  
603 impossibilidade de entrar em vigor já este ano letivo, com prejuízo para os alunos e famílias,  
604 verifica também que há um interregno de 4 meses entre a reunião e a consulta pública, questiona  
605 sobre o que passou.

606 A Vereadora Vera Letras, referiu que o valor vai ter de ser atualizado uma vez que saiu uma  
607 portaria em dezembro, que conduziu a que fosse prolongado o tempo, pois foi a consulta pública  
608 duas vezes, na primeira não teve atributos e o executivo resolveu fazer alterações de escalões

609 para melhor apoiar as famílias. A Vereadora disse que a avaliação dos estudantes tem um júri  
610 composto por a Segurança Social, Setor da Educação e Gabinete Jurídico e estabelece os critérios  
611 de avaliação, estando a dar-se apoio às famílias carenciadas. Informa também que anualmente se  
612 define o que está deficitário e atualmente foi definido a área da saúde, enfermagem e engenharia  
613 civil.

614 O Deputado Eduardo Costa referiu que a justificação apresentada não está espelhada neste  
615 interregno, pois foi muito tempo perdido.

616 A Vereadora Vera Letras respondeu que o júri tem de se reunir, o processo tem de ir a consulta  
617 prévia, tem de haver publicação e tem que se aguardar tempos, inclusivamente auscultação de  
618 outras forças partidárias.

619 **A proposta em discussão foi aprovada por unanimidade.**

620 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
621 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

622

623 **A informação referente ao relatório de atividades, foi posta à discussão para análise e**  
624 **conhecimento a proposta n.º 121 da referida convocatória.**

625 **Foi tomado conhecimento da informação.**

626 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará  
627 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

628

629 **A ata, foi lida e aprovada por unanimidade produzindo efeitos imediatos.**

630

631 À presente sessão corresponde a gravação n.º 07/2022 arquivada nos serviços da Assembleia  
632 Municipal.

633 Nada mais havendo a tratar, o Primeiro-Secretário declarou encerrada a sessão pelas zero horas e  
634 três minutos, do dia vinte de dezembro do ano dois mil e vinte e dois. Nós, Nuno Manuel Carvalho  
635 e Maria Manuela Martins Caixas Carradinha, assistentes técnicos, redigimos a presente ata, que  
636 assinamos com o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

637

638 O Primeiro-Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

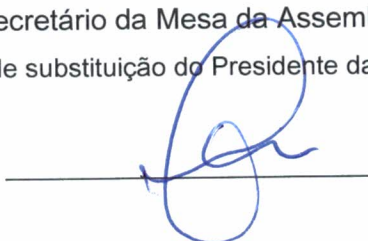
639 (em regime de substituição do Presidente da Assembleia)

640

641

642

643



644

Os Assistentes Técnicos

645

Nuno Lourenço

646

647

648

Cláudia Cerejeira



APROVADO POR MAIORIA COM 13  
VOTOS A FAVOR DA CDU, 7 ABSTENÇÕES  
DO PS E 4 VOTOS A FAVOR DO PS E  
1 VOTO A FAVOR DA COLIGAÇÃO UNIDA  
JUNTO PARA QUE ALCÁÇER GANHE!

Sessão de 19.12.2022  
A Mesa,

## Voto de Saudação

### Évora – Capital Europeia da Cultura 2027

Considerando o enraizamento, nas vivências, na realidade, nas características e nas potencialidades de toda a região do Alentejo, assim como o conceito e o projeto de “Évora Capital da Cultura 2027”, como parte do respeito e valorização da História da região para projetar e afirmar a confiança no seu futuro, olhando e pensando o Mundo a partir da realidade e dos seus problemas com a perspetiva das respostas necessárias para uma vida melhor.

Considerando a vitória da candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura 2027, facto que é a tradução e reconhecimento da sua importância cultural e do projeto com forte sentido de futuro que a identidade, as práticas culturais e artísticas e de criação de Évora e do Alentejo, mais uma vez confirmada em termos europeus.

Considerando que o Município de Évora, e todos os que construíram o processo Évora\_27, numa dinâmica coletiva, soube articular o passado com o presente, dando-lhe uma dimensão que tem na história uma forma de estar das gentes do Alentejo, que não poderia ter nascido em nenhum outro lugar.

Considerando o conceito da candidatura “Vagar” que se apresenta como intimamente ligada a toda a Região, assente numa visão de desenvolvimento do ser humano, da cultura e da sociedade onde a vertente cultural é encarada como um pilar essencial da Democracia e do progresso.

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal reunida a 19 de dezembro de 2022:

1. Saúda a vitória que constitui a nomeação de Évora como Capital Europeia da Cultura 2027, que pelo projeto que contempla, pelo consenso regional que a sustentou, se constitui como uma vitória de todo o Alentejo e da sua cultura;
2. Saúda a Câmara Municipal de Évora, a Comissão Executiva e a Equipa de Missão pelo trabalho desenvolvido;
3. Considera que a nomeação de Évora como Capital Europeia da Cultura 2027 constitui uma oportunidade para a afirmação da cultura Alentejana, na Europa e no Mundo, e para a valorização da cultura e das culturas como fatores de construção e defesa da paz, da cooperação e da amizade entre os povos;
4. Sublinha que a valorização desta vitória deve ser acompanhada das medidas indispensáveis, designadamente por parte do Governo, para uma consequente valorização e desenvolvimento do sector da Cultura, dos seus trabalhadores, e do direito à fruição e criação culturais em todo o País.

Alcácer do Sal, 19 de dezembro de 2022

Os eleitos da CDU.



## Declaração Política

O Grupo Municipal do Partido Socialista, em avaliação do primeiro ano de exercício de funções na Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, não pode deixar de considerar que sempre houve um *déficit* democrático e uma postura tendenciosa hegemónica, neste fórum, na operacionalização das decisões tomadas em sede da AM, contrariando o espírito aberto, sincero e colaborativo declarado, desde o início, por este Grupo Municipal, nomeadamente aquando:

- (i) Da revisão do regimento da AM 21 – 25, com a cedência de propostas de alteração apresentadas pelo PS, com base numa negociação política, nunca cumprida pela CDU;
- (ii) Da redação da ata nº3 do Grupo de Trabalho para a revisão do Regimento, não obstante as duas observações feitas pelo representante do GM do PS, não espelhando, a mesma, os factos ocorridos no decurso da reunião correspondente;
- (iii) Da constituição da Comissão de Acompanhamento de Monitorização do Processo de Descentralização, composta por um número par de elementos, contrariando o disposto no artigo 57º do regimento da AM;
- (iv) Da inatividade desta comissão, passado um ano da decisão da sua constituição em sede da AM;
- (v) Do não pagamento da senha de presença aos seus elementos, aquando da tomada de posse, contrariando o estipulado no nº13 do artigo 55º do Regimento da AM;
- (vi) Da omissão, aos deputados municipais, do relatório nº131/2020 da Inspeção-Geral de Finanças – Autoridade de Auditoria, efetuado à Câmara Municipal, não cumprindo o preceituado na alínea g), nº2 do artigo 4º do Regimento da AM;
- (vii) Da não realização da sessão extraordinária de debate, relativa ao ano civil de 2022, sobre o estado do município, como o prescreve o artigo 30º do Regimento da AM;
- (viii) Do indeferimento do requerimento subscrito por mais de um terço dos deputados municipais, sem qualquer sustentação legal, para a realização de uma sessão extraordinária, ao abrigo do artigo 15º do Regimento da AM;
- (ix) Da inexistência de conferência de representantes de grupos municipais,



facultada pelo Regimento da AM, nos seus artigos 66º e 67º.

Pelo atrás exposto os deputados do Grupo Municipal do Partido Socialista, em cumprimento dos seus mandatos e da sua contínua postura democrática e proativa, não abdicarão de persistir nesta luta, continuando veemente a propor formas de atuar, estratégias de desenvolvimento para benefício das populações alcacerenses, atentos e críticos às atuações das instituições autárquicas concelhias e, inequivocamente, protestam, resistem e repudiam totalmente esta forma política de funcionamento de uma instituição democrática, num Estado de Direito, num país livre, que é Portugal.

Alcácer do Sal, 19 de dezembro de 2022

Os eleitos do PS,

## DECLARAÇÃO DE VOTO DA BANCADA DA CDU GOP'S E ORÇAMENTO PARA 2023

Os eleitos da CDU, manifestam o seu total apoio às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023 submetidas pelo executivo permanente da Câmara.

Esta proposta, representa a linha de continuidade e a manutenção de um forte comprometimento deste executivo com os objetivos e estratégias para este concelho e para os seus munícipes.

Os grandes projetos do GOP'S para 2023, representam um exercício de gestão transparente, firme, de rigor, que irão dar prosseguimento à boa saúde financeira do município, traduzida em 22/11/2022, em mais de 16 milhões de euros na diferença entre a receita arrecadada e a despesa efetuada.

Não podemos deixar de salientar, que por força de opções políticas tomadas pelos partidos PS e PSD, no que diz respeito à descentralização de competências para os Municípios, para além de se traduzir numa evidente desresponsabilização do Estado central, criaram/criam condições alarmantes para incrementos significativos na composição dos orçamentos, nomeadamente, nas áreas da educação, na ação social, na área da saúde, sobretudo porque as verbas previstas, são manifestamente insuficientes, não correspondendo às necessidades que resultam desse processo.

Não obstante disso, os eleitos da CDU, consideram que os projetos do GOP's e Orçamento aqui apresentado, garante a continuidade do reforço das qualificações do concelho, promovendo cada vez mais crescimento e desenvolvimento económico do concelho com a tributação mais baixa do IMI; na melhoria dos serviços municipais e na melhoria das condições de trabalho dos seus trabalhadores; no investimento no acesso à educação, à saúde e à responsabilidade social; na melhoria do ordenamento, habitação e segurança pública, proporcionando condições de vida mais dignas e seguras; no investimento dos abastecimentos coletivos e ambiente, associando as boas práticas dos serviços à vertente ecológica; na manutenção dos tarifários de águas, resíduos e saneamento, suportando o orçamento municipal o custo das tarifas e o aumento abrupto da TGR e da TRH determinada pelo Governo; na dinamização do movimento associativo, nas suas vertentes da cultura, do desporto e tempos livres entre outras.

Não deixamos de lamentar a atual postura destrutiva do PS de Alcácer do Sal, que cronicamente têm estado contra tudo o que são projetos, benfeitorias e progressos para o Concelho, particularmente, como foi evidente na construção do novo parque urbano de Alcácer do Sal, mas também, em vários projetos urbanísticos, no preenchimento ou manutenção dos quadros de pessoal que permite a integração de muitos trabalhadores no quadro, como foi no passado, na solução encontrada para a antiga EMSUAS, que salvou dezenas de postos de trabalho, estes são ou foram alguns exemplos de processos em que o PS, sistematicamente, tem estado e votado contra. Resumindo, podemos afirmar, que quando o PS está e vota contra as opções orçamentais, quer dizer que não pretende viabilizar mais valias e conquistas para Alcácer do Sal.





Em contraciclo com as opções e posições políticas do PS de Alcácer do Sal, destacamos que recentemente, o nosso Concelho, foi considerado o 5.º município no ranking global do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de pequena dimensão, com melhores resultados quanto à sua eficiência financeira em 2021, sendo isto, resultado do compromisso eleitoral da CDU apresentado para o ciclo autárquico que está em curso. Realçamos, ainda, que este é um compromisso, um projeto eleitoral da CDU para o desenvolvimento de Alcácer do Sal, que foi iniciado, de forma permanente e por vontade da maioria dos eleitores deste concelho em finais do ano de 2013.

...Com trabalho, Honestidade e Competência!

Alcácer do Sal, 19 dezembro de 2022

Os eleitos da CDU



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

### **DECLARAÇÃO DE VOTO**

#### **Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos – PPI e Atividades mais Relevantes – AMR) e Orçamento para o ano de 2023/2027**

Os eleitos do partido Socialista com assento na Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, mais uma vez analisam e avaliam o documento Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2023/27, como um documento malabarista de números, que vai, ano a ano, afundando, a todos os níveis, o desenvolvimento económico do concelho, não revelando preocupações com os investidores, com os empresários e comerciantes locais, com as pessoas e particularmente com os trabalhadores de uma forma geral.

Estamos perante um documento que se limita a gerir o dia a dia, uma verdadeira gestão corrente, não apresentando qualquer estratégia para o futuro do concelho, criando, isso sim, uma dependência total de muitas famílias do suporte financeiro de uma só unidade empresarial – a Câmara Municipal, alimentando-as com um salário mínimo sem poder de compra e numa concorrência desleal com outras pequenas e médias empresas locais que se veem despidas de mão de obra e impedidas de recrutar localmente pessoas; impedindo ainda o comércio local de emergir com um volume de vendas sustentável e promissor.

No plano institucional, este documento, demonstra uma falta de respeito por parte dos eleitos CDU, no executivo da Câmara, pelas instituições de solidariedade social e de assistência e socorro às populações, não considerando e não reconhecendo o seu esforço, abnegação e espírito de voluntariado, deixando-as sucumbir na falta de recursos e meios necessários à sua intervenção.

Estamos perante um documento que falha no apoio às famílias, às instituições e às empresas do concelho.

Num concelho com um decréscimo de população de 14,82% *versus* aumento da população idosa, agora um terço do total da população, este Plano e Orçamento disponibiliza 0,5% das suas verbas para apoio a este grupo etário.

Num concelho que vive com o mais baixo poder de compra e menor número de unidades industriais, este Plano e Orçamento disponibiliza 0,1% das suas verbas para apoio às empresas e ao comércio local.

Num concelho com um conjunto de famílias sem recursos financeiros, ainda atormentadas pelas réplicas de uma pandemia e aumento de custo de vida fruto de uma



invasão bélica bárbara, este Plano e Orçamento disponibiliza 0,03% das suas verbas para apoio às famílias.

Num concelho com taxas de analfabetismo ou baixos níveis académicos até ao 2º ciclo, num total de 52,1%, com inerente reflexo nas habilitações de um significativo número de trabalhadores da autarquia, este Plano e Orçamento disponibiliza 0,1% das suas verbas para a formação dos seus funcionários.

Conclui-se assim que não existe uma capacidade programática e estratégica que alavanque e potencie o concelho de Alcácer do Sal nos anos vindouros.

Estes são, em síntese, por todas as razões referidas, os fundamentos para o Grupo Municipal do PS votar **CONTRA** as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023.

**Alcácer do Sal, 19 de dezembro de 2022**

**O Grupo Municipal do Partido Socialista**